

Bálint Urbán
Eötvös Loránd Tudományegyetem
bacalhau84@gmail.com

A emergência do sujeito político em *Levantado do Chão* de José Saramago – uma perspectiva rancieriana

Resumo:

A narrativa de emancipação dos lavradores alentejanos constitui o principal eixo temático do romance de Saramago. Neste processo emancipatório, incorporado numa forma metafórica também no título do livro, emerge, da multidão oprimida e silenciada, o sujeito político cujo objetivo é destabilizar e reescrever o sistema como estrutura firme e dominadora. Este artigo pretende traçar o processo de subjetivação durante o qual se cria e se legitima o agente político, do ponto de vista da teoria político-filosófica do pensador francês Jacques Rancière. O artigo demonstra como é que entram em jogo na narrativa saramaguiana as noções principais da teoria política de Rancière como o dissenso (*dissensus*), o desentendimento (*mésentente*), a partilha do sensível (*le partage du sensible*) e a subjetivação, tendo em conta as hipóteses políticas levantadas no romance.

Palavras-chave: Saramago, *Levantado do chão*, ficção pós-25 de Abril, neorre-
alismo, pós-modernismo, Jacques Rancière, filosofia política, emancipação.

Abstract:**The emergence of the political subject in José Saramago's *Levantado do chão* – a Rancierian reflection**

The emancipational process of the peasant community of Alentejo is the central theme of Saramago's book. In this process, which is present also in the very title of the novel, emerges from the oppressed and silenced crowd the political subject, who aims to deconstruct and to rewrite the dominating structure. The present article follows the process of dissensual subjectivation of the political agent from the perspective of the political philosophy of Jacques Rancière. I demonstrate how the basic notions of Rancière's political theory appear in the novel, taking into account the main concepts of *dissensus*, *distribution of the sensible* and *disagreement*.

Keywords: Saramago, *Raised from the Ground*, novels of the era post-25 of April, neorealism, postmodernism, Jacques Rancière, political philosophy, emancipation.

Levantado do Chão, de José Saramago, é um romance em cujo centro se encontra a ideia e o conceito de emancipação. O sujeito e o agente deste processo emancipatório, em torno do qual se desenvolve a ação, é o lavrador alentejano que de vítima dum opressão total e brutal passa a ser a figura central da resistência ao poder. O processo emancipatório dos lavradores encaixa-se no movimento histórico que se encaminha do regime totalitário do latifúndio em direção à democracia. Ao longo desta transformação histórica emerge da multidão silenciada um novo sujeito que se afirma como agente radical da política, um autêntico sujeito político com o objetivo de realizar o projeto de emancipação e de chegar ao verdadeiro estado de exceção da história de que Walter Benjamin fala nas teses *Sobre o Conceito da História* [Benjamin, 1971: 81-82].

Esta comunicação pretende abordar “o último romance do Neorealismo, fora já do tempo neorrealista” [Reis, 1998: 118] do ponto de vista do pensamento político do teórico francês Jacques Rancière. A obra de Rancière, tal como o livro de Saramago que se inscreve na vasta história do neorealismo, gira em torno da questão do conceito

de emancipação e possibilita uma leitura que, tendo em conta todo o peso hermenêutico da tradição interpretativa do romance, propõe a introdução e o desenvolvimento das ideias políticas de Rancière no horizonte do texto.

A filosofia política de Jacques Rancière encaixa-se na onda de renascença do pensamento de esquerda que se tem verificado nas últimas décadas e cujos pioneiros são Michael Hardt, Antonio Negri, Fredric Jameson, Slavoj Žižek e no contexto francês Alain Badiou e Étienne Balibar. O filósofo francês, aliás ex-discípulo de Althusser, a partir dos anos 90 desenvolve um complexo sistema de pensamento político. A teoria política de Rancière elaborada numa série de livros como *La Méésentente*, *Le Partage du Sensible*, *La Haine de la Démocratie*, e *Le Spectateur Emancipé* tenta reintroduzir e reformular a ideia da emancipação libertadora no horizonte da cultura europeia depois do desvio do celebrado fim da história de Fukuyama e o famoso conceito do fracasso das grandes metanarrativas de redenção proposto por Lyotard na *Condição Pós-moderna*.

Mas o que é a política no pensamento do filósofo francês? Como é que ele define a atividade política e quais são as consequências desta nova interpretação em cuja base encontramos tanto os conceitos marxistas de Benjamin sobre a história, como a herança do pensamento anarquista de Bakunin e Kropotkin, o radicalismo da teoria de poder de Foucault, a sensibilidade pós-moderna perante a figura do outro marginalizado e a insistência linguística do pós-estruturalismo. O conceito político de Rancière baseia-se por um lado na ideia platónica do *kallipolis* apresentada na *República*. Segundo Platão, a comunidade harmoniosa é caracterizada por uma divisão rigorosa do espaço, das classes sociais, das funções e das profissões [Rancière, 2000: 13-14]. Cada indivíduo e grupo têm o seu lugar definido e função determinada na engrenagem da República, que só consegue funcionar numa forma adequada se esta divisão primordial permanecer imperturbada. Rancière chama a este fenómeno a partilha do sensível (*le partage du sensible*) e estende-o para as sociedades modernas. Supõe que há uma ordem pré-estabelecida na sociedade que define o lugar, o modo de ser, o campo de atividades e o discurso de cada grupo e indivíduo.

É um sistema simbólico, um poder complexo que determina o que pode ser visto, o que pode ser dito, o que pode ser feito, onde e como. Limita a visibilidade, o movimento e o discurso do sujeito. Assim a questão da política é sempre uma questão da estética no sentido original da palavra grega *aísthétón* que se refere à percepção do sensível. Esta divisão estético-política do mundo perceptível está longe de ser o terreno da política. Rancière introduz uma separação radical na noção convencional da política e divide-a por um lado nas atividades da polícia ou ordem policial, por outro lado na política propriamente dita [Hewlett, 2007:101]. A ordem policial no sistema rancieriano é o poder simbólico que estabelece e garante a partilha do sensível, a forma de dominação total do perceptível, a configuração e definição rígida das aparências, das funções e do *logos* [Rancière, 1998: 28-29]. É essa ordem policial que constringe o indivíduo, limitando as formas de dizer, de saber, e de fazer. A ordem policial é a negação e a ignorância da igualdade e a sua essência reside na divisão do sensível e na separação daqueles que podem participar e ter parte neste campo perceptível e daqueles que permanecem excluídos. “The essence of the police lies in a partition of the sensible that is characterized by the absence of void and of supplement: society here is made up groups tied to specific modes of doing, to places in which these occupations are exercised and to modes of being corresponding to these occupations and places” – escreve Rancière [2010: 36]. A política por outro lado é a atividade radical que rompe com o sistema pré-estabelecido da ordem policial e que exige a reestruturação da partilha do sensível. Rancière outra vez remonta às origens do pensamento político e parte da premissa aristotélica de que o homem é um animal com a capacidade da comunicação e da fala (*zoón logón ekhón*) e por consequência um animal político (*zoón politikón*) que compartilha as suas ideias numa comunidade. Há, então, uma igualdade primordial entre os seres, a do *logos*, do discurso: todos aqueles que possuem a capacidade da fala (todos os *zoón logón ekhón* e *zoón politikón*) são em princípio iguais. Mas essa igualdade fundamental não existe por causa da ordem policial que põe em prática a partilha do sensível e uma lógica que define quem é que pode ter uma parte e quem é que não. A questão principal

da política, portanto, é ter uma parte ou não (*avoir part*) e no sistema rancieriano só há política quando há parte daqueles que não têm parte nenhuma, só há política quando estes sem-parte se inscrevem na ordem natural da dominação reivindicando reconhecimento como parte legítima [Rancière, 1998: 11-12]. O objetivo da política é portanto a igualdade total das partes da comunidade mas isto supõe sempre um desentendimento crucial entre a ordem policial e os sem-parte. A tensão entre os que têm parte e aqueles que não têm, Rancière inscreve no campo da estética, isto é, no terreno do sensível. Os sem-parte não possuem o discurso, não possuem o logos, não são reconhecidos como sujeito de diálogo, não são inscritos na ordem do sensível. A essência da política por isso é uma situação particular de desentendimento e dissenso que quebra a lógica da divisão do sensível e que reestrutura as evidências vigentes que definiam o espaço, a função e o discurso dos indivíduos [Rancière, 2009: 48-49]. O dissenso questiona o *status quo* em que tudo e todos têm o seu lugar determinado e exige a reestruturação da ordem do sensível. Esta forma da política dissensual acontece através de um processo de subjetivação. Neste processo de subjetivação dissensual emerge da massa dos sem-parte o sujeito político que já se define como uma parte que exige diálogo, disputa e reconhecimento enquanto sujeito igual. Assim, através do processo de subjetivação, cria-se um novo grupo que antes não existia na constituição policial da comunidade, um novo grupo que destabiliza as fronteiras e a ordem rígidas. Como Todd May observa, a política como processo de subjetivação é uma certa forma de desidentificação em que os indivíduos abandonam e ignoram aquela identidade pré-estabelecida que lhes foi conferida no sistema policial e definem-se como sujeitos autônomos com voz própria e espaço [2008: 50]. Uma subjetivação heterogênea baseada na ideia do dissenso enfrenta aqui uma identificação policial homogeneizante que quer manter o sistema transparente com as suas classificações pré-estabelecidas. Desta forma o dissenso serve para exprimir o descontentamento do cidadão perante aquele lugar, função, atividade e identidade que lhe foi conferido antecipadamente. A política, portanto, no conceito de Rancière é sempre resistência e é de caráter revolucionário. Não é por acaso

que Nick Hewlett chama a este pensamento uma filosofia de exceção e uma filosofia de desordem [2007: 113].

O romance de Saramago já na entrada do universo diegético anuncia que o problema da política é uma das questões axiais do livro. Encontramos dois elementos paratextuais no limiar do texto: uma dedicatória a Germano Vidigal e a José Adelino dos Santos, heróis alentejanos da resistência política contra a ditadura, assassinados depois de serem torturados pela PIDE. O paratexto inicial, evocando a história trágica dos dois comunistas militantes, introduz logo a rutura rancieriana entre a política como repressão e funcionamento da ordem policial, e a política como resistência dissensual. O outro paratexto é ao mesmo tempo um intertexto, uma citação da *Viagens na minha Terra* de Almeida Garrett que descreve uma situação de desigualdade absoluta entre ricos e pobres. Esta desigualdade total no latifúndio é o ponto de partida da diegese do romance. E enquanto narrativa de emancipação, o livro traça a transformação desta situação de desigualdade política através do processo de subjetivação dos lavradores oprimidos. O sistema de latifúndio é caracterizado pela dominação total da ordem policial. É um sistema político que se mantém intacto desde a Idade Média, resistindo rigidamente a todas as reformas e transformações históricas. Nem a instalação da república consegue mudar a ordem secular, como observa o narrador “entre o latifúndio monárquico e o latifúndio republicano não se viam diferenças e as parecenças eram todas” (p. 34). A ordem do latifúndio é o exemplo perfeito do funcionamento da política como polícia. No latifúndio todos têm a sua função definida e definitiva como lavradores, e como indivíduos estão reduzidos a esta mera função laboral. A estrutura firme da exploração reduz as entidades de uma forma brutal ao trabalho. Além dessa redução funcional, o sistema define naturalmente o que pode ser dito e feito e até o que pode ser pensado. “É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível” (p. 72). Para o latifúndio funcionar bem e para que não haja perturbações na divisão das funções e do espaço, o sistema policial até regula

e modela as formas de pensamento quando ordena aos lavradores para aparecerem no comício a favor dos nacionalistas espanhóis contra os comunistas. Até o movimento dos trabalhadores é controlado: são transportados como carneiros, como simples animais e “todos, em silêncio, (...) sacudidos de um lado para ou outro como carga mal atada, carga granel” (p. 95). O comício anticomunista demonstra bem o axioma rancieriano de que nada é político em si. Nem uma greve, nem um protesto, nem um comício, se considera um evento político enquanto não confrontar a lógica policial com a lógica igualitária e emancipatória dos sem-parte [Rancière, 1998: 32]. O comício anticomunista de Évora, em que milhares de trabalhadores alentejanos, entre eles João Mau-Tempo, tiveram que participar forçadamente, é um evento antipolítico por não ter nada de confronto e dissenso, ou seja, é a mera paródia da verdadeira política como processo de subjetivação. Por outro lado, pode ser interpretado também como o contraponto paródico dos verdadeiros comícios e encontros furtivos dos lavradores que põem a funcionar a lógica emancipatória.

A paródia da ordem policial entra também num outro nível no universo do romance. O conflito não só se desenvolve entre os trabalhadores e os proprietários do latifúndio, mas também entre os trabalhadores e um campo complexo de entidades ligadas diretamente ao poder e à preservação da ordem do perceptível. Tenentes, sargentos e outros representantes da Guarda Nacional, juntos com os feitores e o clero, constituem um campo de mediação entre os pobres e as famílias ricas para que Adalberto “não trate diretamente com aqueles que lhe hão de fabricar as terras. E desta maneira é que está bem” (p. 71). Observa-se um jogo interessante dos nomes das pessoas que pertencem à ordem dominadora. Os membros da família dos grandes agrários têm nomes semelhantes (Lamberto, Dagoberto, Alberto, Norberto, Sigisberto, Adalberto, etc. sempre com a terminação esquisita e estrangeira) e totalmente estranhos no contexto alentejano. A permanência e a estranheza do mesmo nome sugerem por um lado a tendência extremamente conservadora da alta burguesia, aquele “desta maneira é que está bem” que determina o latifúndio durante séculos e séculos, e por outro lado a distância total da aristocracia

das terras e do povo alentejanos. Como o narrador observa a este propósito: “Já se viu Lamberto, alemão ele seja, tenha sido, ou agora português, não é homem para trabalhar esta grande terra com as suas próprias mãos” (p. 71). Os outros representantes do poder apresentam variações absurdas a nível dos nomes: rimas, aliteraões, estruturas anafóricas e tautologias lógicas. Basta só lembrar Leandro Leandres, tenente Contento, sargento Armamento e cabo Tacabo. Esses elementos paródicos “acentuam o carácter burlesco como forma literária de desmontar os mitos do regime ou de catalogar irrisoriamente as forças repressivas” [Viçoso, 1999: 247]. Contrapondo este jogo irónico, são os camponeses que têm direito ao nome integral. Da perspectiva da ordem policial no pensamento rancieriano, são os sem-parte que não possuem o *logos* e em consequência disso não têm direito de ter um nome, isto é, não são reconhecidos como uma parte inerente da comunidade, não são reconhecidos como entidades de diálogo.

Between the language of those who have a name and the lowering of nameless beings, no situation of linguistic exchange can possibly be set up, no rules or code of discussion. This verdict does not simply reflect the obstinacy of the dominant or their ideological blindness; it strictly expresses the sensory order that organizes their domination, which is that domination itself [Rancière, 1998: 24].

O romance saramaguiano, por enquanto, apresenta a história emancipatória dos lavradores alentejanos durante a qual adquirem o *logos* e capacidade de diálogo através de um processo de subjetivação política.

A subjetivação política começa com a expressão do descontentamento da divisão vigente das partes da comunidade quando a parte daqueles que não têm parte rompe com a lógica estabelecida da ordem estético-ideológica do poder, exige reconhecimento e reescreve a estrutura firme das funções, dos lugares e das identidades. No *Levantado do chão*, as primeiras manifestações de descontentamento por parte dos lavradores ainda se mantêm no nível da política policial. Como a reforma da república não trouxe mudanças quanto aos salários e às condições miseráveis, os trabalhadores vão ao administrador

do concelho e dirigem uma petição formal (p. 34). Há, portanto, expressão do descontentamento mas isto ainda permanece dentro das estruturas institucionais da política policial. A ação respeita as regras da divisão e não quer perturbar a ordem, tenta criar um consenso formal e institucional entre os sem-parte e o poder. Como não há dissenso, não há política de facto e a tentativa acaba por ser ignorada e vingada pelas forças repressivas. Prendem várias pessoas que incitaram os outros à rebelião e depois numa intervenção inesperada e brutal da GNR – “Havia pois que dar um exemplo, uma lição” dá a justificação Lamberto Horques – “ficaram os camponeses estendidos naquele chão, gemendo suas dores” (p. 35).

A verdadeira política naquele sentido em que Rancière usa a palavra começa quando os camponeses decidem levantar-se daquele chão e dizem não às regras do sistema latifundiário, acreditando que este não é o único mundo possível como a família dos Bertos queria. “Politics occurs because, or when, the natural order of shepherd kings, the warlords, or property owners is interrupted by a freedom that crops up and makes real the ultimate equality on which any social order rests” [*ibidem*: 16]. A verdadeira política começa com a suspensão do trabalho como forma de protesto por Manuel Espada e outros três jovens. O pequeno grupo não aceita as condições desgraçadas e rompe com a divisão do sensível quando decide deixar a única função que lhe é conferida: o trabalho. Esta ação já é um verdadeiro dissenso, o primeiro passo dum processo de desidentificação, mas como o grupo é pequeno não consegue realizar um programa político mais complexo. A subjetivação política durante a qual os que não têm parte se reconhecem como uma parte autêntica com *logos*, nome e história, cria um múltiplo, um grupo heterogéneo que antes não existia dentro das fronteiras da divisão policial e desta forma questiona a legitimidade da ordem vigente. “Political subjectification produces a multiple that was not given in the police constitution of the community, a multiple whose count poses itself contradictory in terms of police logic” – escreve Rancière [*ibidem*: 36]. Depois dessa primeira manifestação política liderada por Manuel Espada, começa lentamente uma atividade política mais séria e mais organizada na região. “Andam

homens pelo latifúndio, encontram-se aos três e aos quatro em sítios escondidos, nos ermos, às vezes em casas abandonadas, (...) e mantêm grandes conversações. (...) E quando acabam dispersam-se na paisagem, quando possa ser por caminhos desviados, levando papéis e decisões” (p. 121). As figuras principais deste movimento de resistência são João Mau-Tempo e Sigismundo Canastro. São eles que percebem o imperativo benjaminiano de originar um verdadeiro estado de exceção na história do latifúndio. A atividade da resistência furtiva passa a ser resistência ativa, e por consequência verdadeira política, quando depois da Segunda Guerra Mundial os lavradores se reúnem para pedir 33 escudos em vez de 25 para um dia inteiro de trabalho. Na manifestação para um melhor salário João Mau-Tempo já se comporta como um autêntico sujeito político, iniciando diálogo sobre as reivindicações. “É então que João Mau-Tempo abre a boca e as palavras saem, tão naturais como se fosse água a correr de boa fonte. Ficaré a seara no pé, que nós não vamos por menos” (p. 141). É a primeira vez na história do latifúndio que os sem-parte, a massa silenciada, abre a boca e se apresenta como um *zoón logón ekhón*, um ser que possui a capacidade da fala, do diálogo, da resposta e da reivindicação e, em consequência disso, é um *logón politikón*, ou seja, um sujeito político autónomo. A subjetivação atinge finalmente quase toda a comunidade dos lavradores graças à atividade de incitação de João-Mau Tempo, Canastro, Manuel Espada e outros quantos. Cria-se através da subjetivação um grupo autêntico que, entrando em greve e reunindo, consegue romper com a lógica policial e atinge o seu objetivo: os 33 escudos. Mas ainda há muitos objetivos para alcançar através da política e os resistentes ainda têm que sofrer muito para se apresentarem como sujeitos da política. Já nos anos 70, a atividade política dos lavradores mostra-se cada vez mais consistente. “Vão-se acabando os tempos da conformação. Anda uma voz pelos caminhos do latifúndio, (...) uma voz de duas palavras essenciais e de outras muitas que explicam essas duas, oito horas” (p. 328). O apogeu do processo de subjetivação política é a grande manifestação geral em Montemor que reúne todos os lavradores descontentes da região, inclusive algumas mulheres. A manifestação demonstra bem o conceito

rancieriano de que a política é sempre uma questão de estética. Os manifestantes reúnem-se na praça central da vila em frente do castelo da família fidalga, isto é, ocupam o espaço em que normalmente não lhes é permitido entrar e tratá-lo como um espaço próprio que pertence a eles. Assim acontece a reestruturação estética do sensível em nome do dissenso. Há, porém, uma certa perversão na divisão do espaço que a manifestação não consegue remodelar: os ricos aristocratas estão a olhar a massa do abrigo do castelo.

A reestruturação mais radical do sensível, no entanto, só se realiza no fim do romance. A ocupação total do latifúndio só acontece no encerramento visionário do livro depois do evento libertador da revolução de 25 de Abril, que traz consigo a queda total do sistema latifundiário. Na cena final do texto andam pelas terras alentejanas os lavradores ainda vivos com os espelhos dos defuntos, as vítimas da repressão secular, que se ergueram do chão, do túmulo para ocupar o que lhes pertence. Não se pode imaginar uma remodelação estética mais radical como este desfile ao mesmo tempo vivo e espectral que reescreve todas as regras da divisão do perceptível estabelecidas há séculos pela ordem policial. Slavoj Žižek, na obra *Fragile Absolute*, fala sobre a separação da história em duas versões: uma versão simbólica, normativa, que podemos identificar com a história da ordem policial, e a versão espectral e fantasmática dessa que sempre a acompanha e que constitui um contradiscurso heterogêneo [2008: 58]. É essa história espectral que ganha espaço na coda grandiosa do romance, a história dos oprimidos, daqueles que não têm parte nenhuma, dos silenciados e dos torturados. No espetáculo estético dessa história espectral, que significa a reconquista tanto da terra como da igualdade como princípio e objetivo da política, realiza-se o *topos* típico dos romances neorrealistas, a transição de um *eu* para um *nós*, “o apagamento ritualístico do eu em nome duma redenção coletiva” [Viçoso, 1999: 240]. Desta forma o romance de Saramago, tanto como o pensamento de Rancière, leva-nos a acreditar que a política como forma de resistência ainda é possível e necessária hoje nos tempos da pós-democracia, do niilismo ideológico e da passividade radical.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. (1971), *Angelus Novus*, Edhasa, Barcelona.
- HEWLETT, N. (2007), *Badiou, Balibar, Rancière. Rethinking Emancipation*, Continuum International Publishing Group, London–New York.
- MAY, T. (2008), *The Political Thought of Jacques Rancière. Creating Equality*, Edinburgh University Press, Edinburgh.
- RANCIÈRE, J. (1998), *Disagreement – Politics and Philosophy*, University of Minnesota Press, Minneapolis–London.
- RANCIÈRE, J. (2000), *Le partage du sensible. Esthétique et politique*, La Fabrique-Éditions, Paris.
- RANCIÈRE, J. (2009), *The Emancipated Spectator*, Verso, London–New York.
- RANCIÈRE, J. (2010), *Dissensus: on politics and aesthetics*, Continuum International Publishing Group, London–New York.
- REIS, C. (1998), *Diálogos com Saramago*, Editorial Caminho, Lisboa.
- SARAMAGO, J. (1980), *Levantado do Chão*, Editorial Caminho, Lisboa.
- VIÇOSO, V. (1999), “Levantado do chão e o romance neo-realista”, *Revista Colóquio/Letras*, 151-152, Lisboa, pp. 239-248.
- ŽIŽEK, S. (2008), *The Fragile Absolute: Or, Why Is the Christian Legacy Worth Fighting For?*, Verso, London–New York.